

## ENTRE REALIDADE E FICÇÃO:

### Literatura e história no romance *Cascalho*, de Herberto Sales

Adriana Silva Teles Boudoux<sup>1</sup>

**Resumo:** Apesar de se configurarem como campos de produção diferenciados, História e Literatura mantêm uma forte relação de aproximação. É o que pode ser percebido por meio da leitura e análise do romance *Cascalho* (1944), primeira obra literária do escritor baiano Herberto Sales. Em seu romance de estreia, o autor aborda o universo sociocultural das Lavras Diamantinas, região formada pelos municípios de Mucugê, Palmeiras, Lençóis e Andaraí. Esta última, terra natal do romancista, é o cenário por onde transitam personagens e onde se desenrolam os fatos que vão compor a trama narrativa, na qual é possível perceber uma grande conexão entre ficção e realidade. Entrecruzando o estético e o histórico, o autor destaca os traços que, na sua perspectiva, dão singularidade à região, e os que a aproxima do restante do país.

**Palavras-chave:** literatura; história; representação.

A despeito das distinções entre literatura e história, o que dizer de uma obra cujo autor afirma que “a história dos homens foi escrita mais pelos ficcionistas do que pelos historiadores”<sup>2</sup>? O que dizer de uma obra literária em que muitos personagens e situações narradas foram retirados da vida real? Se a aspiração à verdade sempre foi um caminho perseguido pelos historiadores, alguns escritores de literatura não ficaram imunes a essa preocupação e Herberto Sales é um exemplo disso.

Embora não solucione os problemas das tortuosas relações de aproximação e distanciamento entre a literatura e a história, *Cascalho*, seu primeiro romance, no mínimo, indica que não há significados fixos e absolutos para os dois modos de escritura. Concomitantemente, demonstra que a distinção entre elas não deve estar pautada na oposição entre real e imaginário, entre objetividade e subjetividade, pois na obra estas dimensões estão entrelaçadas.

A literatura, assim como a história, é uma representação social, e, enquanto tal, deve ser considerada não apenas como produto, mas como produtora de realidade, na medida em que constrói significados, dando sentido ao mundo<sup>3</sup>. Desse modo, *Cascalho*, cuja primeira edição é de 1944, se configura como uma representação sobre a história da sociedade e da cultura das Lavras Diamantinas, região formada pelos municípios de Mucugê, Palmeiras, Lençóis e Andaraí, sendo esta última a terra natal do autor. Assim, a obra é fruto das percepções do autor sobre o mundo representado, mundo no qual nascera e vivera parte de sua

vida, que conheceu por meio das suas experiências e sobre o qual passara a pensar e a tentar compreender. Nesse processo, além das suas vivências, foi crucial a leitura de romances de escritores estrangeiros como Flaubert, Zola, Balzac, Eça de Queiroz e brasileiros como Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Marques Rebelo, entre outros. Se a inspiração nasceu da realidade, o modo de perceber, de organizar, de ordenar esta realidade por meio da linguagem literária, atribuindo-lhe um sentido, é resultado de suas leituras. Estas tornaram possível a construção de um olhar crítico sobre as relações sociais e econômicas e voltado para a diversidade cultural e histórica de um espaço social específico dentro do Brasil, características fundamentais na configuração de uma identidade para o lugar nas representações de Sales. A identidade cultural das Lavras, evidenciada por ele, é concebida como resultante do processo histórico, ressaltando-se as rupturas e as permanências entre passado e presente. Configura-se um processo de elaboração textual do passado, no qual o mundo histórico se incorpora à estrutura da obra, ou seja, o externo se converte em interno. Nesse processo, o passado é tomado como referencial para o entendimento do presente, como pode ser percebido através das vozes do narrador e dos personagens:

É a serra de maior tradição e de riqueza das Lavras. Quanto ao rio propriamente dito, embora já muito trabalhado na grupiara das margens e em todos os serviços de leito por volta daquele ano, continuava a desfrutar a mesma fama do tempo do Cel. Joca de Carvalho, seu primeiro explorador. Os garimpeiros afirmavam:

– O Paraguaçu ainda tem serviço para cem anos.

Sua atual produção diamantífera, no entanto, estava longe de ser aquela que caracterizara os anos das primeiras descobertas. Em outros tempos, não só pela abundância de diamantes, como também pela facilidade de exploração dos garimpos, adquirira todo o vale o prestígio de uma Terra Prometida. Na época do Cel. Germano, porém, já não ocorriam casos de garimpeiros que encontravam diamantes agarrados às raízes dos pés de canela-d'ema, ao arrancá-los para acender fogo em suas tocas”.<sup>4</sup>

A passagem citada apresenta uma dupla temporalidade: a das primeiras explorações, marcada pela grande quantidade de diamantes facilmente encontrados, e uma outra, que sucede àquela, marcada pelo esgotamento do diamante superficial. Porém, a ruptura entre as duas temporalidades é marcada principalmente pela apropriação dos garimpos.

No tempo das primeiras descobertas esses garimpos não conheciam dono. O povo trabalhava à vontade, nos cateamentos e nos serviços de mergulho, mas logo veio o Cel. Joca de Carvalho com os seus Títulos de Terras e Minas, com os seus registros de lotes reconhecidos pelo Governo, e estabeleceu o domínio particular sobre o vale. Transferido o direito de propriedade ao Cel.

Germano, certo garimpeiro tentara um dia – contavam – trabalhar no Paraguaçu. Viera de fora, já dera muita cabeçada, estava ficando velho, precisava cuidar do futuro. “Com uns quatro contos estou satisfeito” – pensava. Subiu a serra numa terça feira, atraída pela fama dos garimpos da Passagem, e não tardou a dar cálculo numa grupiara. Arregaçou as calças, muito tranquilo e começou a trabalhar. Foi quando chegou o gerente com uma espingarda nas costas. Estava inspecionando a serra e disse:

– Você não pode trabalhar aqui não.

– Por quê?

– Porque não.

– De quem são estas terras?

– Do chefe.

– E as margens do rio?

– Do chefe.

– E o rio?

– Do chefe.

O homem olhou. O Paraguaçu descrevia lá em baixo uma curva ampla.

– O rio também? – Indagou.

– Sim. O rio e o leito do rio – respondeu o gerente. – Você, aqui, sem ordem do chefe, nem pra beber água.<sup>5</sup>

O processo de apropriação dos garimpos, representado pela fala do narrador e pelo episódio dramático que envolve o personagem, é um dos traços que separam um passado remoto e curto, quando os garimpos não tinham donos, e um outro, quando a propriedade privada já se encontrava estabelecida. Ao colocar em pauta a apropriação imediata dos garimpos pelos coronéis, com o aval do governo, Herberto Sales perscruta o olhar genealógico, tal qual foi definido por Michel Foucault<sup>6</sup>. Segundo este pensador, na busca pelo passado histórico das coisas há duas concepções, uma voltada para a origem e outra para a gênese. Na primeira encontra-se a perfeição, o mesmo, a identidade preservada, na segunda impera o disparate, a discórdia, pois ela “[...] agita o que parecia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”<sup>7</sup>. Partindo desta premissa, pode-se afirmar que Sales posiciona o seu olhar entre a origem e a gênese, pois enfatiza um começo histórico marcado pela perfeição ao qual rapidamente se segue um longo período de pobreza, marcado pelo medo, pela desigualdade e por injustiças sociais. Através da voz de Filó Finança, personagem ao mesmo tempo cômico e trágico, o autor percorre as histórias dos tempos afortunados, assim como das contradições sociais que emergiram ao longo do tempo. A voz que é portadora do riso é também a que, ironicamente, faz a crítica social.

[...] Filó retomou a conversa.

– Mas também tem uma coisa – disse. – Nesse tempo, é bom que você saiba, não havia meias-praças. Os donos de garimpos trabalhavam era com escravos. O finado Cornélio, por exemplo, nos garimpos dele, só tinha negros cativos. O resultado é que, quando a escravatura terminou, o diamante também quase acaba. Deu no mesmo – arrematou com derrotismo.

[...]

– Hoje em dia, se você for procurar diamantes no meio da rua ou em moela de galinha, onde a gente encontrava eles antigamente, você morre doido mas não acha um. Começa por isto: nós não temos galinhas... E quando temos você sabe o que é que a gente encontra na moela delas.

Não puderam deixar de rir com tal repente. Mas o garimpeiro continuou a falar:

– No tempo em que diamante era encontrado em moela de galinha – disse – as galinhas que ciscavam na beira dos rios eram as galinhas dos capangueiros, dos donos dos escravos.<sup>8</sup>

O riso, como traço da cultura popular andaraiense, atravessa todo o romance, fazendo-se presente nas mais diversas histórias. Através de uma linguagem marcada pelo riso, o autor subverte a concepção segundo a qual a verdade estaria exclusivamente na seriedade. De acordo com Mikhail Bakhtin<sup>9</sup>, referindo-se ao riso na obra de François Rabelais, no contexto renascentista, “o riso tem um profundo valor de concepção do mundo”<sup>10</sup>. Apesar de distantes no tempo e no espaço, Herberto Sales, tal qual o autor de *Gargantua e Pantagruel*, transpõe para a sua escritura o conteúdo crítico e o poder transgressor do riso como um dos traços que marcaram a história das Lavras. Esta, representada como um espaço sociocultural autoritário e excludente em que se preservam alguns traços das relações sociais escravistas, seja pela exploração desumana do trabalho dos garimpeiros, seja pela manutenção de práticas punitivas arcaicas: “– Só mesmo nas Piranhas, pra se ver nos dias de hoje uma calamidade destas: um tronco no meio da rua com os presos peados como porcos”<sup>11</sup>. Rupturas e permanências são ressaltadas nas representações de Sales sobre a história social das Lavras.

No entanto, é preciso frisar que o passado, tal como aconteceu, é irrecuperável e a história é uma representação elaborada a partir dos fragmentos deixados pelos homens no tempo, organizados pelos historiadores que lhes atribuem sentidos, construindo múltiplas versões. No entrecruzar da literatura com a história, além do diálogo com o seu mundo, com suas experiências e de outros, com a tradição oral e a memória dos mais velhos, Herberto Sales também dialoga com as concepções da história do Brasil vigentes no pensamento literário e social das décadas de 1930 e 1940. Segundo José Carlos Reis<sup>12</sup>, nesse período o ensino e a pesquisa histórica, até então sob a hegemonia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passaram ao domínio da universidade, resultando na aproximação da história com

as ciências sociais. É em sintonia com estas versões da história, produzida sob a influência das ciências sociais, que Sales, assim como outros romancistas de sua geração, constroem seus romances.

Sobre esta relação dialógica, Flora Süssekind<sup>13</sup> ressalta a persistência do “naturalismo” no Romance de 30. Segundo ela, em fins do século XIX, a estética naturalista fundamentava-se em concepções fisiológicas dos indivíduos e das sociedades herdadas das ciências naturais. Ao se preocupar com a descrição da realidade, a literatura dos anos de 1930 teria preservado alguns traços do naturalismo, sobrepondo à continuidade no plano estético a ruptura no plano ideológico. As explicações patológicas cederam lugar às explicações econômicas e sociais em compasso com um dos caminhos traçados no âmbito das ciências sociais, sobretudo pelo teórico marxista Caio Prado Jr., cujas explicações para a realidade focavam-se no materialismo histórico. Nessa perspectiva, Süssekind<sup>14</sup> afirma que a economia política se fez presente no “romance de 30” pela adoção dos ciclos que, utilizados para a periodização da economia política, são apropriados pela literatura, como em obras de Jorge Amado, José Lins do Rego, entre outros.

Embora, em *Cascalho*, Herberto Sales não se limite a uma visão economicista da sociedade, esta também se faz presente no romance. Além da representação dos hábitos, das práticas cotidianas e da mentalidade, há nele a preocupação com as relações econômicas, sociais e políticas. Em sintonia com o clima de reflexão em curso, o autor apreende a “realidade” histórica das Lavras enfatizando a permanência, na primeira metade do século XX, de traços do sistema de exploração colonial, através das vozes de dois personagens, o promotor, Dr. Oscar, e o telegrafista Nascimento. Ambos são funcionários públicos que se identificaram num comum sentimento de repúdio ao meio e pela indiferença com que eram tratados pelos outros. O primeiro, em início de carreira e recém-chegado a Andaraí, é acometido de sentimentos mistos de desânimo, impotência e inconformismo, nutrindo certo desejo de fazer justiça frente à desordem, à criminalidade e à fusão entre o poder público e o poder privado e despótico dos chefes políticos locais, representados pela figura do coronel. O segundo, há seis anos vivendo na cidade, mantém um olhar cético sobre a vida nas Lavras. Duas vozes que se aproximam e se distanciam.

[...] – Aqui não há ninguém a quem você defender e muito menos o que advogar. Que poderia você fazer em matéria de feitos cíveis? O coronel é quem resolve tudo. A razão está sempre com ele. E depois de levantar para cuspir:

– A advocacia é um dos luxos dos centros civilizados. O coronel já está defendido por natureza.

[...]

– Sim... Sei que você diz a verdade quando afirma que aqui não há campo para a advocacia, mal aliás generalizado em todo o sertão, onde predomina a mentalidade patronal. Concordo que aqui um advogado nada tem a fazer, em virtude de quase todas as serras e garimpos pertencerem ao coronel, e de todas as questões serem resolvidas na base das precárias relações existentes entre o trabalhador e o proprietário. Concordo com tudo isso. Mas daí a você dizer que a advocacia é um luxo dos centros civilizados, francamente, Seu Nascimento, me parece um absurdo.<sup>15</sup>

Nesse diálogo destaca-se a figura do coronel que, como o maior proprietário dos garimpos, se torna a autoridade máxima na resolução de todos os problemas. Mais uma vez é a propriedade privada o alvo da crítica, pois que é vista como a legitimadora das relações de dominação entre o proprietário/explorador e o trabalhador/explorado. A mentalidade patronal é um traço que, na voz do telegrafista, faz das Lavras um espaço “incivilizado”. Tal olhar é reforçado pela posterior caracterização da cidade de Andaraí como arquétipo de todo lugar de mineração, onde, segundo o telegrafista, “com as notícias dos garimpos ricos – esclarecera – ‘toda espécie de gente vem tentar a sorte aqui, e cada forasteiro que chega, sem nada trazer de seu, é mais ganancioso que o outro’ ”<sup>16</sup>. O telegrafista também destaca o movimento de pessoas, fazendo emergir, de modo estereotipado, “[...] a afluência em massa de gente de que não prestava, de gente à toa, sem pouso nem destino certo, numa instabilidade que resultava em permanente agitação, tornando impossível a manutenção da ordem”.<sup>17</sup>

Aliado a estas questões, o conhecimento do envolvimento da polícia em um assassinato por encomenda, o do personagem Zé de Peixoto, leva o promotor a concluir, como num momento epifânico, que se encontrava numa “terra de bandidos”, “terra de jagunços”. Revolta que se torna maior após uma tentativa de conversa, sem sucesso, com o já corrompido juiz da cidade, que lhe diz: “–Nós não valem nada”<sup>18</sup>. Crucial na trajetória do promotor é também a leitura de um artigo publicado no *Diário Oficial*, denunciando a exploração dos capangueiros pelos donos de serras nas Lavras, sobre o qual travou discussões com o amigo Nascimento, que destacou a relação do garimpo com a dependência econômica do Brasil em relação ao mercado externo: “–O Brasil para todos os efeitos continua a ser uma colônia, esta é que é a verdade”<sup>19</sup>. Aqui, percebe-se a negação do caráter de nação economicamente independente do país. Simultaneamente, a permanência das relações coloniais é um traço que liga a parte, a região, ao todo que o Brasil representa, interligando o múltiplo e o uno, ou identificando o mesmo no outro. Essa relação entre a economia local/brasileira e o capital

internacional é explorada de modo mais veemente na carta-texto que o promotor escreve ao procurador manifestando os motivos que alimentam o seu desejo de se mudar para outra comarca:

“Você precisa ver como funciona essa máquina de rapinagem e trapaça que é o comércio de pedras preciosas!” – escreveu. E foi explicando: “Ao contrário dos pequenos fornecedores, como o objetivo imediato é a compra preferencial do diamante extraído, os mosquitadores têm ação mais ampla, que não se limita às garimpagens levadas a efeito com a manutenção de meias-praças, de vez que se amplia nas atividades comerciais do ramo. Independentemente do fornecimento, que é um sistema de ordem geral, auxiliam eles indiferentemente os garimpeiros que eventualmente trabalhem por conta própria, abrindo-lhes crédito nas suas pequenas casas de negócio, mantidas para tal fim, e obtendo, por esse meio, a preferência sobre os diamantes que venham a ser encontrados. Sabe-se que, salvo quando é, ao mesmo tempo, proprietário de terrenos diamantíferos, o capangueiro, só muito raramente auxilia um garimpeiro que se ache em dificuldade por estar trabalhando sem fornecimento. Tira então o mosquitador o máximo partido dessa situação. [...] Na sua função intermediária, os mosquitadores exigem do garimpeiro uma recompensa que consiste na troca do diamante por ele trazido, em troca da ajuda que lhe deram um dia para completar o saco – a fim de matar-lhe a fome. Enquanto isso, o capangueiro procura eliminar a seu modo essa concorrência, transformando em seu agente o mosquitador que revele maior capacidade de produção. Isto lhe permite explorar, indiretamente, sem se expor ao risco de empreender garimpagens de resultados imprevisíveis, o núcleo dos garimpeiros que cada mosquitador, transformado em agente, passa a representar. Ora, o agente recebe do capangueiro, com o capital para a compra de diamantes e carbonatos, uma tabela de preços de acordo com a qual deve operar. Aceita a proposta, na ilusão de aumentar o volume de seus negócios, o mosquitador assume o compromisso de vender, com exclusividade, ao capangueiro de quem se tornou agente, tudo o que produzir durante a semana – comprado aos seus meias-praças, ou não. O ‘empréstimo’ é feito com a usura de uma sociedade a tantos por cento nos lucros. Mas, que lucros? Comprando pela tabela fornecida, o agente só faz escravizar-se aos preços estabelecidos pelos capangueiros, sujeitando-se, ainda por cima, ao arbítrio do sócio capitalista nos ajustes de contas. [...] A única vantagem dos mosquitadores reside na transação direta com os garimpeiros, que lhes proporciona lucros capazes de fazer face aos prejuízos forçados na classificação final do capangueiro. O garimpeiro, em resumo, é quem paga o pato! [...] Por esse motivo, orientados pela tabela especial que lhes é fornecida pela firma estrangeira com quem negociam, também forçam à margem dela seus preços individuais, e até mesmo desastrosas baixas no mercado. [...] Trata-se de uma máquina de rapinagem e trapaça, a serviço da malta de aproveitadores que vivem passando para trás uns aos outros, roubalheira organizada”.<sup>20</sup>

Através do texto do personagem, o autor descortina um sistema de exploração assentado na relação de exploração entre trustes internacionais e capangueiros, capangueiros e mosquitadores, mosquitadores e garimpeiros, estes, situados no último degrau da cadeia de

exploração. O final da trajetória do promotor – cuja carta é violada, e ele obrigado a fugir da cidade no meio da noite, aos sons ameaçadores do mineiro-pau – remete a um sistema politicamente assentado no poder privado e na “lei do mais forte”.

Em relação à carta, pode-se afirmar que sintetiza a configuração de um sistema de exploração através do qual a realidade é apreendida, um modo de percepção do mundo econômico e social que marcou a intelectualidade de seu tempo.

São citados também, no romance, fatos de ampla repercussão no país, como a Coluna Prestes e a formação de um batalhão patriótico para combatê-la. Todavia, estes acontecimentos, geralmente concebidos como parte da história nacional, são colocados por Herberto Sales como fatos distantes, desconhecidos pela maior parte da população local.

Além da falta de informação, destaca-se a falta de interesse por tais fatos, haja vista a crise financeira pela qual passava a região das Lavras.

Mas no Ribimba, e em outras ruas pobres, essas notícias bem pouco significavam junto ao grave acontecimento que era a continuação da baixa – isto é, a escassez de fornecimento de garimpeiros e o atraso de pagamentos das lavadeiras, o que reduzia o problema a termos práticos: estava começando a haver fome em várias casas e era preciso evitá-la.<sup>21</sup>

Diante da situação, a formação do batalhão patriótico aparece como uma oportunidade para sair da crise, tanto para o coronel e seu grupo, quanto para os garimpeiros. Enquanto o grupo do coronel planeja usar o dinheiro recebido para fins particulares, muitos garimpeiros veem no recrutamento para o batalhão patriótico uma alternativa de sobrevivência : “– Não falta gente pra ir – respondeu Rato Branco. – Com a dificuldade de fornecimento que está havendo, é melhor ganhar do governo do que trabalhar de alugado aqui. Quem é que pode viver com mil e quinhentos por dia?”<sup>22</sup>. Assim, o que se percebe é que, para Herberto Sales, não há uma consciência patriótica entre os personagens. Todos estão preocupados, cada um à sua maneira, em sair da crise, aproveitando-se do dinheiro disponível para a formação do batalhão patriótico. Evidencia-se em *Cascalho* o desconhecimento e o desinteresse da maioria da população, sobretudo dos garimpeiros, quanto aos acontecimentos políticos com repercussão nos rumos do país. Pode-se, portanto, afirmar que, para Sales, o Brasil não se constituía como uma nação autônoma, seja por sua dependência econômica, seja pela ausência de uma consciência nacional, explicitadas através do caso das Lavras. Conforme as já citadas palavras do personagem Nascimento, o país, para o escritor, continuava a ser uma colônia. Entretanto, se no plano econômico e social há uma relação de interdependência entre



as partes (região, país e mundo), no plano das mentalidades e das práticas cotidianas impera a diversidade cultural.

Desse modo, pelas vozes dos personagens e do narrador, o escritor deixa entrever uma ideia de região não redutível ao que lhe é peculiar. As Lavras são vistas em sua singularidade, bem como em relação à organização social e política brasileira e internacional. Destacam-se as rupturas e permanências, a multiplicidade e a unidade, o mesmo e o outro e vice-versa. Nesse processo, o escritor entrecruza literatura e história, remetendo a um mundo, dotando-o de sentidos e de significados, atribuindo-lhe identidades que são tomadas como reais por aqueles que as vivenciam, especialmente quando o texto se faz acompanhar por outros do próprio autor ou da crítica, reforçando o seu estatuto de veracidade, como ocorre com o romance analisado. Herberto Sales fazia sempre questão de deixar claro que escrevia com sinceridade, que vivenciara muitos fatos narrados e conhecera muitos dos seus personagens. Esta perspectiva também é adotada pela maior parte dos críticos ao classificar a sua obra como um romance realista. Contudo, não se pretende aqui afirmar que o romance em questão se aproxima da história porque apresenta traços de realidade. Mas porque ambas as narrativas aspiram a alcançar a realidade, num contexto histórico em que esta era a preocupação tanto de historiadores quanto de alguns literatos. No entanto, hoje, é consenso que os dois tipos de narrativas, cada uma ao seu modo, entrecruzam o real e o imaginário.

De qualquer modo, independente de os fatos narrados se situarem ou não na esfera do acontecido, a narrativa literária, conforme Sandra Jatahy Pesavento<sup>23</sup>, torna acessível a nós as sensibilidades passadas, os modos de ver, de pensar e agir de outros tempos. Enquanto representação, *Cascalho* expressa significativamente esta dimensão do texto ficcional, ao entrecruzar literatura e história. Nele, parafraseando Judith Grossmann<sup>24</sup>, a ficção e a vida se relacionam mutuamente, convertendo-se o mundo em texto e o texto em mundo.

#### Notas

---

<sup>1</sup> Adriana Silva Teles Boudoux é mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, e professora do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Campus XIV, Conceição do Coité. E-mail: adrianaboudoux@hotmail.com.

<sup>2</sup> SALES, Herberto. *Subsidiário* – confissões, memórias e histórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 22

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

<sup>4</sup> SALES, Herberto. *Cascalho*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 14.

---

<sup>5</sup> Idem, p. 18.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 13. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

<sup>7</sup> Idem, p. 21.

<sup>8</sup> Idem, p. 67.

<sup>9</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 3. ed., São Paulo: HUCITEC, Brasília: UNB, 1993.

<sup>10</sup> Idem, p. 57.

<sup>11</sup> SALES, 1975, Op. cit., p. 194.

<sup>12</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. 3. ed, Rio de Janeiro: FGV, 2000.

<sup>13</sup> SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> SALES, 1975, Op. cit., p. 154-155.

<sup>16</sup> Idem, p. 159.

<sup>17</sup> Idem, p. 159-160.

<sup>18</sup> Idem, p. 166.

<sup>19</sup> Idem, p. 189.

<sup>20</sup> Idem, p. 241-243.

<sup>21</sup> Idem, p. 282.

<sup>22</sup> Idem, p. 283.

<sup>23</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. *Nuevo mundo Mundos Nuevos*, n. 6, janeiro de 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>, acesso em 15/05/2007.

<sup>24</sup> GROSSMANN, Judith. A ficcionalidade. In: *Temas de teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1982.